

Direito Constitucional e Administrativo

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA (horas)	EMENTA
Competências e Planejamento de Carreira	20	Novos modelos de estrutura social e o mundo do trabalho. Relações de trabalho na contemporaneidade e os novos conceitos de carreira. Protagonismo do indivíduo na construção de sua trajetória profissional e empreendedorismo. Planejamento de ações na preparação e construção de projeto de carreira no mercado jurídico.
Comunicação e Oratória	20	Comunicação como uma das habilidades essenciais para os atores jurídicos. Clareza e segurança da mensagem para se comunicar com sua equipe, clientes, fornecedores e supervisores. Como neutralizar a ansiedade ao falar em público; como estruturar uma apresentação; como montar slides; como fazer apresentações de trabalho.
Estratégia e Perspectivas Negociais do Mercado Jurídico	20	Noções Fundamentais de Gestão de Negócios, de Projetos e Definição de Estratégia. Modelos de Negócios. Gestão Integrada do Negócio (estratégica, administrativa e financeira). Como pensar a estratégia do negócio no mercado jurídico. Tendências do mercado jurídico na contemporaneidade.
Metodologia da Pesquisa Científica: Teoria, Projeto e TCC	30	O Conhecimento. Aspectos sobre a verdade científica. Método e metodologia. Pesquisa Científica. Formas de começar a pesquisar. Coleta de dados. A pesquisa teórica e empírica em Direito. As dificuldades da pesquisa em Direito. O universo acadêmico e suas possibilidades. Elementos básicos para construção de Projeto de Pesquisa. Elementos básicos para a confecção de artigo científico em Direito. Aspectos preliminares sobre plágio e como evitá-lo.
Teoria da Constituição,	20	Teorias sobre a Constituição: A Constituição

<p>Hermenêutica e Jurisdição Constitucional</p>		<p>como centro do ordenamento jurídico, os princípios como o núcleo constitucional e a Democracia como a essência de todo princípio constitucional contemporâneo. Princípios e Regras. Postulados normativos. A Norma Jurídica e a Constituição. Eficácia Jurídica e a Constituição. Estruturas das Normas de Direitos Fundamentais. Teoria dos Princípios e Teoria dos Valores. Direitos Individuais e suas Restrições. Mutações Constitucionais. Interpretação Constitucional. As Lacunas do Direitos. O Sentido da Interpretação. As Técnicas de Interpretação Constitucional. Hermenêutica Jurídica em Crise. Conflitos de Normas. Métodos e Conceitos Clássicos Aplicados à Interpretação Constitucional. Jurisdição Aplicada.</p>
<p>Fundamentos Constitucionais do Processo</p>	<p>20</p>	<p>Jurisdição no Estado constitucional. Processo: Conceitos fundamentais e regramentos constitucionais. O princípio da motivação democrática das decisões judiciais. Princípio constitucional da segurança jurídica. Ação, Processo e Defesa no Estado constitucional. Cumprimento e execução de sentença. Ideologias judiciais e razões de Estado.</p>
<p>Direitos e Garantias Fundamentais</p>	<p>20</p>	<p>O Direito Constitucional e a Teoria dos Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais em Espécie. Constitucionalismo e Democracia. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Habeas Corpus. Habeas Data. A Densidade Dogmática. Fundamentalidade Social e Jurídica. A Concretização dos Direitos Fundamentais Sociais. Justiciabilidade dos Direitos Sociais. Igualdade e Isonomia Social. Direitos Sociais e Estado Constitucional. Princípio de Proibição do Retrocesso Social. Direito Social e o STF.</p>
<p>Controle de Constitucionalidade</p>	<p>20</p>	<p>Modalidade de Controle de Constitucionalidade. Legitimidade do Controle de Constitucionalidade. Sistema Brasileiro de Controle de Constitucionalidade. Via Incidental de Controle de Constitucionalidade. Via de Ação Direta de Controle Constitucional. Controle Concentrado. Controle Difuso. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.</p>

<p>Organização do Estado e dos Poderes</p>	<p>20</p>	<p>Constituição, Direito, Legalidade e Estado: experiências reversíveis. Concepção clássica de Estado de Direito. A nova Autonomia Privada e o Estado Social. Constitucionalização da Democracia. Atual falseamento da democracia. Soberania popular e democracia. Os órgãos jurisdicionais e a concreção de políticas públicas. Teoria, Princípio da Separação dos Poderes e Federalismo. Comissões Parlamentares de Inquérito e o Princípio Constitucional da Separação dos Poderes. O Município e suas Competências do Município na Constituição Federal/88. Processo Legislativo: Princípios lógicos de legitimação de um novel ato legislativo: majoritário, representativo, pluralista. “Limites democráticos” e “barreiras constitucionais” que restringem a produção de atos normativos. Mecanismos de participação popular no Brasil: plebiscito, referendo e iniciativa popular.</p>
<p>Fundamentos da Organização da Administração Pública</p>	<p>10</p>	<p>A mutação do Direito Administrativo e os seus reflexos a partir da instituição do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Os princípios, atos e atividades administrativas. Administrações direta e indireta, com introdução às agências reguladoras e executivas. Desestatização e privatização. A participação do setor privado na ordem social. A administração consensual, por meio do contrato de gestão com organizações sociais e dos termos de parceria com organizações da sociedade civil de interesse público.</p>
<p>Direito Administrativo Constitucional</p>	<p>20</p>	<p>Postulados Constitucionais do Direito Administrativo: Supremacia do interesse público X Ponderação de interesses; Legalidade X Juridicidade; Ato vinculado e Discricionário X Graus de vinculação; Executivo unitário X Administração Pública policêntrica; Processo Administrativo: a influência do Estado Liberal e a Instrumentalidade do Procedimento Administrativo. Juridicização do Processo Administrativo, a influência do Estado Social e a nova dimensão do Procedimento Administrativo. Modelo do Contencioso Administrativo moderno. Exigências constitucionais para o processo administrativo disciplinar;</p>

		<p>Poder de polícia e seus limites jurídicos: Legalidade e Juridicidade; Proporcionalidade; Moralidade administrativa; Devido Processo Legal; Necessária Fundamentação da Atividade Administrativa de Polícia; Poder-Dever de Polícia e a Omissão;</p> <p>Servidores Públicos: Princípio constitucional da acessibilidade ao cargo público. Regra constitucional da inacumulabilidade de cargos públicos. Princípio constitucional da legalidade remuneratória. Regra constitucional da verdade remuneratória. Princípio constitucional da isonomia e a fixação da remuneração. Princípio da responsabilidade estatal e do servidor público.</p>
Direito Administrativo Ambiental	20	<p>Fundamentos do Direito Ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Proteção do meio ambiente na Constituição Federal. Política Nacional do Meio Ambiente. Avaliação de impactos ambientais – EIA/RIMA e licenciamento ambiental. Responsabilidades Ambientais. Direito Ambiental das áreas protegidas. Resíduos sólidos.</p>
Direito Administrativo Contratual	30	<p>Licitações e Contratos administrativos. Princípios. Modalidades de Licitação. Fase Interna da Licitação. Fase Externa da Licitação. Habilitação e julgamento de propostas. Critérios e tipos de julgamento. Recursos Administrativos. Contratação Direta. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação. A formalização da contratação direta. Requisitos. Contrato Administrativo. Aspectos Gerais. Características. Cláusulas Exorbitantes. Alteração e rescisão unilateral. Aplicação de sanções administrativas. Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato. Revisão, reajuste, repactuação e atualização monetária. Fiscalização do contrato. O Regime Diferenciado de Contratação. Regime de Contratação das Estatais. Corrupção e Improbidade nas Contratações Públicas. Aspectos Ambientais das contratações Públicas. Tópicos sobre Concessões e PPPs. Controle das Licitações e Contratos pelos Tribunais de Contas.</p>
Direito Administrativo da Infraestrutura	20	<p>Segurança Jurídica e investimentos em infraestrutura. Aspectos jurídicos do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. A relicitação e as hipóteses de prorrogação. O Procedimento de Manifestação de Interesse –</p>

		PMI. Formas de financiamento de projetos de infraestrutura. Parcerias Público-privadas.
Direito Administrativo das Concessões	20	Teoria das Concessões. Regulação dos Serviços Públicos. Concessões de Serviços Públicos. Equilíbrio Econômico-financeiro nas Concessões. Política tarifária. Transferência das concessões. Step in Rights. Formas de Extinção do Contrato de Concessão. Anulação. Rescisão. Caducidade. Intervenção. Encampação. O Regime jurídico dos bens reversíveis.
Boas Práticas em Gestão Pública e Compliance	10	Introdução ao compliance. O FCPA – Foreign Corrupt Practices Acts, UK Bribery Act e outras Legislações Anticorrupção Estrangeiras. Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013). Aspectos Penais da Legislação Anticorrupção. Programas de Compliance (elementos e estruturação). Investigações Internas. Processos Sancionadores e Acordos de Leniência.
Métodos de Resolução Extrajudicial de Conflitos Envolvendo Entes Públicos	10	Arbitragem e atualidades. Arbitragem e atividades reguladas. Processo Arbitral. Dispute Board. Arbitragem e PPPs. Mediação de Conflitos.
Inteligência Artificial e Direito	10	Aspectos filosóficos e neurocientíficos da Inteligência Humana. Máquinas podem ser inteligentes? Conceitos de Inteligência Artificial (AI). Espécies de Inteligência Artificial. Principais Riscos e Desafios. Inteligência artificial no Direito: A Questão da Personalidade Jurídica (AI como centro autônomo de imputação?). Regulação da Inteligência Artificial. Panorama da Regulação no Direito Comparado. Reflexos da Inteligência Artificial no Mercado. Reflexos da Inteligência Artificial no Direito. Perspectivas e Prognósticos.
Novas Tendências em Direito Administrativo	10	Discussão acerca de Projetos de Lei na seara do direito administrativo que estejam em tramitação no Congresso Nacional. Análise das decisões judiciais mais relevantes dos tribunais superiores, especialmente, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, que impacte no funcionamento da administração pública e na interpretação dos dispositivos legais, bem como nas políticas públicas do Estado Brasileiro.

Novas Tendências em Direito Constitucional	10	No presente módulo, serão tratados temas atuais, relevantes e de grande repercussão para o mundo jurídico no seguimento do Direito Constitucional, com destaque para as mais recentes decisões do Supremo Tribunal Federal.
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso	0	Construção de artigo científico jurídico com orientação individual dirigida por docente com atuação na área constitucional e/ou administrativa.
CH total	360	